

Juventude subalternizada *Corpos controlados e desejos seqüestrados*¹

Lourival Rodrigues da Silva^{*}

Resumo

A reflexão parte das questões de gênero no cotidiano e nas posturas dos jovens nas questões de direitos (corpo, sexualidade, união civil, aborto) presentes nas propostas do “Pacto Nacional Pela Juventude”, pautado nas eleições de 2010 e da postura da Igreja Católica frente aos jovens que assinaram o mesmo. Refletindo de que forma essa reação revela nuances do controle sobre as mulheres, os jovens e os homossexuais, a partir dos padrões normatizadores masculinos para quem foge ao modelo único heterocentrado. Os jovens estão na questão dentro da perspectiva de perceber por que sua voz não pode ser ouvida e de que maneira estes e estas ficam subalternizados/as dentro de um discurso hegemônico do clero católico. Perguntando de que modo os jovens negociam determinados comportamentos e criam estratégias para burlar seu modo de pensar, comportar que não vai ao encontro do que propõe a hierarquia com seus discursos hegemônicos. Concluindo com a pergunta de como criar espaços por meio dos quais os sujeitos jovens subalternizados podem falar de si mesmos.

Palavras-chave: juventude, controle, subalterno, pacto, união civil

¹ Expressão cunhada por SANTOS, na dissertação de mestrado (PUC de São Paulo 2008), que aborda a temática de juventude e gênero na Renovação Carismática Católica.



^{*} **LOURIVAL RODRIGUES DA SILVA** é Mestre em Ciências da Religião – PUC Goiás. Coordenador do Programa de Pesquisa da Casa da Juventude Pe. Burnier e da Especialização Juventude no Mundo Contemporâneo.



Foto de Aurisberg Leite Matutino

“Este texto se deslocará, por uma rota necessariamente tortuosa”

Spivak

Duas candidatas

Nosso objetivo é refletir como as questões de gênero interferem no cotidiano e nas posturas que os jovens podem assumir quando estão tratando das questões de direitos, principalmente no aspecto do corpo e da sexualidade, se esses assuntos fugirem aos padrões heteronormativos. O assunto em questão se refere aos jovens que assinaram o “Pacto Nacional Pela Juventude”, que traz postulações acerca das várias propostas na perspectiva da garantia de direitos. No entanto, alguns desses direitos se referem à concepção da família e das questões quanto à reprodução, corpo das mulheres e a diversidade sexual, assuntos que acabam por ferir os símbolos que culturalmente “evocam representações

simbólicas” (SCOTT, 1995, p. 86). Para a Joan Scott estes conceitos estão expressos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas, ajudando na regulação da ordem e na manutenção dos instrumentos legitimados de poder. Ir contra isso é desobedecer à vontade natural.

O contexto eleitoral brasileiro de 2010 foi marcado pela presença de duas mulheres na disputa pelo cargo a presidente da República. O segundo turno foi disputado entre um homem e uma mulher, sendo essa mulher de esquerda e proveniente das lutas sociais.

Determinadas bandeiras estiveram em disputa no debate eleitoral por parte da juventude organizada: aprovação do Projeto de Lei que criminaliza a homofobia (PLC 122/2005); aprovação da união civil entre pessoas do mesmo sexo; a implementação de políticas públicas de promoção dos direitos

sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres (garantindo mecanismos que evitem mortes maternas); aplicação da lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos; descriminalização do aborto e regulamentação do atendimento a todos os casos no serviço público.

Em meio aos debates eleitorais, identificamos três sujeitos: as mulheres, os jovens e os homossexuais. A questão do gênero nestes atores é o que irá costurar este artigo. Em meio ao diálogo eleitoral, apareceu a religião cristã tendo à frente a Igreja Católica Romana e algumas igrejas pentecostais, essas confissões demonstraram sua capacidade de interferência em um Estado que se diz laico, “reforçando a desigualdade entre os gêneros” (SANTOS, 2010, p. 170) e revelando, assim, a violência institucionalizada.

Pelo início da abordagem acima, é possível perceber que esses temas são pautados nas representações da sociedade pelas questões de gênero. Por gênero iremos considerar as contribuições de SCOTT (1995) que trata do gênero como as informações sobre homens e mulheres, principalmente as relações sociais entre os sexos, indicando “construções culturais” nos papéis sociais e sexuais que estes desempenham, sendo uma forma primária de dar significado às relações de poder. As questões aqui apontadas revelam as “estruturas socioeconômicas e estruturas de dominação masculina de uma ordem social” (SCOTT, 1995, p. 79).

Esses temas mexem nas estruturas centrais de sentido. Estão dentro da moral sexual, da concepção de família e da gestão das mulheres sobre seus corpos. Por esse motivo, foi amplamente rechaçado pelas

autoridades religiosas. Daí a pergunta motivadora para esta reflexão: o que legitima homens em seus espaços de poder? O que os legitima para controlar, gerir, orientar, coagir, punir e subalternizar as vivências dos afetos, do sexo e da saúde?

Silenciamento da juventude

Outra finalidade que aqui queremos pontuar se refere à busca em refletir alguns aspectos sobre o gênero, no debate que mobilizou diferentes opiniões, sobretudo de bispos e agentes da Igreja Católica por causa do envolvimento de lideranças das Pastorais de Juventude² e da Casa da Juventude Pe. Burnier³ na assinatura do Pacto da Juventude que levantou as bandeiras citadas acima. Mas o que tem a ver esses dois grupos com o assunto de gênero e eleições? Bem, passaremos a descrevê-lo e fundamentá-lo a seguir. No dia 04 de setembro 2010, alguns bispos escreveram cartas entre si buscando esclarecer sobre a plataforma. Dom Tarcísio Scaramussa, escreve ao cardeal de São Paulo Dom Odilo SCHERER e seus auxiliares⁴ uma carta de alerta:

“Para conhecimento, envio-lhes esta mensagem encaminhada ao Setor Juventude... divulgando e apoiando o programa intitulado

² A Pastoral da Juventude é a ação organizada dos jovens na Igreja Católica assumida e reconhecida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

³ A Casa da Juventude Pe. Burnier é uma Instituto de Formação, Assessoria e Pesquisa sobre Juventude, com 27 anos de existência, sendo uma das obras dos padres Jesuítas da Companhia de Jesus. Em sua formação, acompanhamento e assessoria à juventude, sempre se pautou pelas questões sociais, defesa da juventude e a construção das políticas públicas.

⁴ Dom João Mamede; Dom Joaquim Justino Carreira; Dom Tomé Ferreira da Silva; Dom Milton Kenan Jr; Dom Edmar Perón.

"Plataforma das Juventudes para as Eleições de 2010". Entre os apoiadores aparecem alguns organismos ligados à Igreja. No programa constam direitos e valores importantes e bons para serem apoiados, e outros totalmente contrários à orientação da Igreja. O mesmo vimos acontecer no PNDH3 (3o. Programa Nacional de Direitos Humanos). É importante ter bem claro que a Igreja não está de acordo com vários pontos da mesma, e que quem está com a Igreja não vacila diante de propostas tão contrárias aos princípios evangélicos. A Igreja, portanto, não subscreve esta Plataforma para as Eleições de 2010 que incluem propostas como as seguintes: 69. *Aprovar o Projeto de Lei que criminaliza a homofobia: PLC 122/2005;* 70. *Aprovar a união civil entre pessoas do mesmo sexo;* 72. *Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos;* 73. *Descriminalização do aborto e regulamentação do atendimento a todos os casos no serviço público evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem.* A Doutrina Social da Igreja nos dá referências claras e coerentes para nossa atuação positiva em favor da justiça e do direito, e nos ajuda a sermos sal e luz para ajudar a sociedade a traçar caminhos coerentes com o Evangelho" (e mail particular).

Dom Odilo Scherer Cardeal de São Paulo, no dia 6 de setembro escreve a

Dom Dimas Lara, secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nos seguintes termos:

"Será que os bispos responsáveis pelo Setor Juventude estão alertas para esses tipos de 'apoios' dados pela PJs e outras organizações de Juventude ligadas à Igreja a essa 'Plataforma da Juventude'?"

No dia seguinte, a Folha de São Paulo publica no painel do leitor a seguinte carta:

Eu e meu marido somos agentes da pastoral familiar há três anos. Uma das maiores causas de nossa pastoral é a defesa da vida e da família, estimulada sempre pelos bispos e padres de minha diocese. No entanto, tenho recebido várias mensagens em que a Pastoral da Juventude do Brasil e a Casa da Juventude de Goiânia, ligada aos jesuítas, apóiam explicitamente, junto com várias entidades que não são da Igreja Católica, o "direito ao aborto", "o uso de contraceptivos pelas mulheres" e "o casamento de homossexuais". Fico perdida e decepcionada com os pastores da Igreja Católica que, uma hora dizem uma coisa, outra hora dizem outra completamente diferente. Afinal, o que quer a Igreja Católica permitindo que um grupo trabalhe e se sacrifique por um ideal e permite que outros grupos, ligados a jovens, defendam ideias completamente diferentes? Afinal, qual é a posição desta igreja? Vânia Maria Toledo (Diadema, SP)⁵

A indignação da leitora se junta às mobilizações internas da hierarquia católica, revelando que até o momento não haviam tomado consciência da existência do pacto. Ao mesmo tempo,

⁵ Folha de S. Paulo - Painel do Leitor - 07/09/2010.
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0709201009.htm>. acesso em 05 de janeiro de 2011.

demonstrando um desconhecimento de que a Pastoral da Juventude assinava o pacto por ser uma das 67 entidades que compõem o Conselho Nacional da Juventude.

O tema das políticas públicas de Juventude foi amplamente debatido por milhares de grupos desta pastoral em todo país de 2001 a 2005. A ação resultou no surgimento e a preparação de diferentes lideranças que tomaram frente no debate sobre as políticas públicas de juventude.

Pacto pela juventude

Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional da Juventude, vinculada ao gabinete da Presidência da República. Em 2005, implementa-se pela primeira vez no Brasil o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE. A reflexão das políticas públicas de juventude feita pelas Pastorais da Juventude provocou o reconhecimento e importância desta organização, a ponto de ser convidada para ocupar uma cadeira como titular no Conselho em sua primeira gestão. Na segunda gestão, a Pastoral da Juventude foi escolhida por unanimidade para ser a primeira organização da sociedade civil do seguimento juvenil a ocupar a presidência desse Conselho, na pessoa da jovem amazonense Elen Linth.

Nos meses que antecederam as eleições presidenciais de 2010, o CONJUVE lançou o “Pacto pela juventude”, também conhecido como “Plataforma das Juventudes para as Eleições de 2010”. O Pacto pela Juventude foi uma iniciativa das 67 entidades que compunham o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), reunindo propostas nas áreas de Educação, Trabalho Decente, Esporte, Cultura, Lazer, Saúde, Meio Ambiente. Propunha aos candidatos à Presidência, ao Senado, à Câmara Federal, às

Assembleias Estaduais e aos Governos Estaduais ações conjuntas em prol da juventude.

Frente à pressão da hierarquia da Igreja Católica, sobre a assinatura do Pacto, a coordenação das Pastorais da Juventude se viu forçada a escrever carta⁶ à presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, justificando e retratando sua postura frente aos bispos. Na carta, percebe-se claramente a postura e a preocupação de serem estratégicos no trato com as questões do

⁶ Nós, Pastorais da Juventude do Brasil, estamos inseridas em vários espaços de atuação junto aos movimentos juvenis, no campo, na escola, no meio popular, nas comunidades. Somos parte da Igreja Católica e estamos ligados diretamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, por meio do Setor Juventude. Inclusive, neste momento, estamos reunidos na Venezuela por ocasião do 3º Congresso Latino Americano de Jovens, organizado pelo CELAM. Estamos inseridos [...] estamos presentes em diversos conselhos estaduais e municipais e acompanhamos vários fóruns e articulações da sociedade civil. Em relação à construção da Plataforma Política das Juventudes para as eleições 2010, e às polêmicas e controvérsias que circularam recentemente, afirmamos que, enquanto Igreja Católica, defendemos a vida, desde a concepção até a morte natural e o valor sagrado da família. O documento em questão traz diversos itens que valem à pena a reflexão e a luta por sua efetivação que, inclusive, comungam com nossa Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio dos Jovens. Dos pontos relacionados na plataforma, defendemos, por exemplo, itens como melhor qualidade de educação, acesso ao mercado de trabalho, uma segurança pública mais humanizada, e melhores condições de vida para o jovem no campo. No entanto, queremos informar à Igreja e à sociedade brasileira que quando assinamos a plataforma, em maio deste ano, não constavam outros temas polêmicos, os quais contradizem os valores do Evangelho e a Doutrina Social da Igreja [...]. Dessa forma, as Pastorais da Juventude reafirmam sua opção a favor dos jovens, dos pobres e contra tudo aquilo que traz uma cultura de morte e ameaça a dignidade humana. Los Teques, Venezuela, 08 de setembro de 2010, Equipe Nacional das Pastorais da Juventude do Brasil.

pacto. “a relação entre fé, corpo e sexualidade na Igreja Católica sempre foi complexa e marcada por tensões” (SANTOS, 2010, p. 167). No entanto, a retratação feita pelos jovens revela a subordinação e obediência a autoridades e a dificuldade em apresentar para esta instância a relevância das questões sociais que envolvem a juventude e suas reivindicações naquele momento político. O mesmo aconteceu com a Casa da Juventude por ter assinado o pacto e por tê-lo divulgado em sua página virtual. Uma questão que podemos nos perguntar é se os jovens voltando atrás na assinatura do pacto e a Casa da Juventude retirando do sítio a divulgação do mesmo são estratégias de resistência ou atitudes de obediência? O que isso reforça no modo de conceber a gestão destes assuntos para aqueles e aquelas que estão na formação?

Os subordinados

A postura das igrejas em nome das religiões em casos polêmicos demonstra uma dificuldade em lidar com temas que estão deixando de ser ocultos e obscuros para ocupar o lugar da mesa de jantar e do sofá da sala. Estes temas incomodam porque os homens dominantes têm um controle dos seus dominados, ou seja, exercem um controle sobre as mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos, mas também no domínio dos homens sobre outros homens. E isso é perceptível na hierarquia católica que atua de fora a desacreditar e suspeitar da capacidade de posicionar e opinar dos seus seguidores, de modo que estes comportamentos de repressão, proibições e punições se sustentam na lógica naturalizada do mundo masculino (LANG, 2004, p. 111).

A relação do clero, bispos, pastores e políticos, mais que um controle é uma reação a tudo que vem do feminino e da

sexualidade, é uma medição de força. É a mais pura expressão dos “grandes-homens”, os que têm poder e que “demonstram sinais desse poder”. Revela uma reação aos temas transgressores do masculino estabelecido e que vem trazer à tona o debate sobre fenômenos como a homossexualidade, o lesbianismo, a transexualidade, os travestis, as *drag-queens*... Para Lang, constitui-se a “resistência masculina à mudança [...] dos privilégios concedidos aos homens” (LANG, 2004, p. 116). Para este autor, os praticantes da sexualidade desviante são tidos como “sub-homens”, que “apresentam sinais de fraqueza ou são vistos como “afeminados”, ou que estão em situações de anomia social (jovens em conflitos com a lei, deficientes, negros, indígenas, drogados...), sendo deslegitimados socialmente e até passíveis de abuso e violência (LANG, 2004, p. 118).

Os jovens são subalternizados porque são considerados sujeitos em formação, que devem ser orientados e educados dentro dos padrões normatizadores masculinos para não serem *desviados* da opinião do sexo imposto como modelo único heterocentrado. Por jovens entendemos as pessoas que estão no tempo vital da definição de sua autonomia para o mundo adulto. A juventude se encontra em tempo de possibilidades que a faz catalizadora de mudanças sociais de comportamento e novas realidades. No entanto, há que se considerar que a subordinação dos jovens nem sempre é possível porque uma boa parte deles/as “não estão inseridos/as na ordem social [...] estão em uma sociedade que delega os/as tempo da experimentação” (SILVA, 2010, p. 07)

Espera-se uma subordinação das mulheres, dos jovens e dos

homossexuais a uma normatividade heteroreligiosa de matriz patriarcal, sustentada pelo “sistema de opressão presente ao longo do tempo mediante a cultura” (PISCITELLI, 2008, p. 264).

O discurso contra a questão da descriminalização do aborto, da união civil, tem que ser considerado também como uma reação a tudo que é feminino. Daí que esse debate teve mais força nas eleições de 2010, pelo fato de ter uma mulher com forte possibilidade de ocupar o mais alto posto do país, abalando as posturas tradicionais da classe política, econômica, ruralista, religiosa e empresarial.

Como afirma Daniel Welzer-Lang no que diz respeito ao gênero: “os homens e o masculino raramente são contextualizados numa problemática de gênero” (LANG, 2004, p. 106). O que nos ajuda a entender o porquê das reações aos assuntos que se referem a sexualidade e o corpo das mulheres. A forte resistência à questão da União Civil de pessoas do mesmo sexo como direito, é um sinal evidente de preconceito e homofobia⁷. A educação masculina apresenta que “para ser valorizado, o homem precisa ser viril (ser ativos, penetradores), mostrar-se superior, forte, competitivo... senão é tratado como os fracos e como as mulheres” (LANG, 2004, p. 118). Há um medo destas sexualidades emergentes ou, chamadas por alguns de desviante. Esta é a lógica da superioridade heterossexual estabelecida em que todos “diferentes” são considerados/as subordinados, estigmatizados/as. No dizer de Welzer-

Lang, “estamos diante de um modelo de gestão dos corpos e dos desejos” (LANG, 2004, p. 120).

Para SANTOS (2010), as igrejas com suas normatizações sobre a reprodução, o corpo e a sexualidade “provocam um controle dos corpos e um seqüestro dos desejos”, sobretudo da juventude. Vale dizer que esse controle se refere a tudo que é o feminino, não estabelecido pelos padrões heterossexuais dentro da estrutura do viriarcado, construindo discursos e realidade apartada no pensamento masculino hierárquico, dando legitimidade para controlar, punir, vigiar, submeter.

Homens grandes

Os grandes-homens, segundo Welzer-Lang, “são aqueles que têm um poder político, religioso (ou mágico), econômico, bélico, administrativo, científico, universitário etc.” (LANG, 2004, pág. 123). Daí devemos considerar que estes são instituídos com poder e privilégios que mantêm entre homens e mulheres. Estes discursos ganham poder nas relações que se estabelecem e são incorporados como naturais a ponto de influenciar a conjuntura através da pressão política.

Há uma dificuldade em entender que “heterossexualidade é apenas uma ‘opção’ entre muitas outras manifestações do desejo” (COSTA, pág. 129). Daí tanta polêmica que se estabelece por ser considerada a diversidade sexual como anormal. Scott fala que “a ideia da masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos – do potencial do sujeito para a bissexualidade – e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino” (SCOTT, 1995, p. 82). Essa seria uma das razões da necessidade imperiosa de dominação.

⁷ Para Welzer-Lang homofobia pode ser definida como discriminação para com as pessoas que mostram, ou a quem se emprestam, certas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero. É uma forma de controle social que se exercem entre os homens.

Na oposição que se faz a sexualidade desviante, no entender de Scott, estariam “os desejos reprimidos presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade, subvertendo sua necessidade de segurança” (SCOTT, 1995, p. 82).

A voz não pode ser ouvida

No caso dos dois temas em questão, os jovens, as mulheres e os homossexuais não podem falar. A igreja se coloca como aquela que tem a verdade e que pode ser a mediadora para falar em nome dos fieis. Não se considera a trajetória dos sujeitos, suas apropriações, opiniões e condição que os fazem protagonistas das interações coletivas vividas na atual sociedade ou com as transformações corporais e identitárias. Não são reconhecidos/as como sujeitos/as.

Os jovens, nos debates em questão, são tidos como aqueles/as cuja voz não pode ser ouvida, pois estão entrando em terreno da normatividade instituída. No caso da assinatura do Pacto da Juventude, a fala de Spivak possibilita entender que os bispos agem como sujeitos dentro de uma “consciência coletiva” (SPIVAK, 2010, p. 32), na qual o discurso hegemônico mantém o “subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido” (SPIVAK, 2010, p. 12). Essa reflexão possibilita entender como os homens investidos de poder o exercem com “poder” de falar ou de dar voz.

O subalterno pode ser compreendido como povo, por se diferenciar das elites SPIVAK (2010). O que se vê é um debate conservador de reações ao que a juventude apresenta no pacto. Os jovens, entendidos como sujeitos

subalternos, no discurso hegemônico do clero católico e de outros grupos conservadores, seria então passivos à imposição da conjuntura imposta? Em nosso modo de compreender, os jovens, negociam determinados comportamentos e criam estratégias para burlar seu modo de pensar, comportar, que não vai ao encontro do que se propõe... Sabendo que não é fácil para esses desafiar os discursos hegemônicos.

Igual aos jovens, “a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de gênero [...] o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SANDRA, 2010, p. 15). Na lógica da subalternização, a mulher torna-se sujeito, objeto, coisa, expresso em muitos momentos através de uma linguagem instituída vigilante. Sabemos que as instituições masculinas, patriarcais têm poder sobre as mulheres. Poder sobre a reprodução, poder sobre o corpo.

Pode a juventude subalterna falar?

Piscitelli no ajuda a entender a necessidade de que as categorias debatidas até aqui sejam repensadas por outras interseccionalidades:

“A idéia é contribuir para o empoderamento dos grupos subordinados. A interseccionalidade aparece voltada para revelar o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos por sistemas de subordinação... processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significa apenas que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que oferece possibilidades para o sujeito. Eles oferecem, simultaneamente

recursos que possibilitam a ação”(PISCITELLI, 2008, p. 268).

Há que se considerar que o caminho a ser feito é longo, e que nele as agências formadoras desempenham um forte papel de construir novas relações de poder. Partindo desta perspectiva, é necessário ampliar a ideia de que todos têm poder, daí os jovens, enquanto sujeitos sociais, têm poder no processo de gestão sobre sua sexualidade, sobre seus corpos e vivências.

A atual sociedade necessita ser pautada de forma que não haja um único poder de pensamento, e que este poder seja constituído nas diferenças. Os jovens não vão deixar de buscar as agências, no entanto, estas precisam incorporar de outro modo as perspectivas de Direitos Humanos, de forma não moralizante, principalmente dos temas que estão ligados à vida da juventude.

Percebe-se a necessidade de visibilizar as relações de poder e dominação que divide o mundo e questionar a ordem estabelecida. O empoderamento e a emancipação têm, que gerar outro tipo de poder para a juventude e para as mulheres, para reforçar a luta contra a dominação.

Não existe ninguém que não possa falar por si mesmo, mesmo sendo subalternizado/a. É necessário construir a autonomia, emancipação de sujeitos organizados. Criar espaço para o outro, entendendo que o outro pode ser qualquer um, mesmo porque, na atual sociedade, há lugar para todos, todas as expressões e possibilidades. Como

“criar espaços por meio dos quais os/as sujeito/as subalternos/as possam falar” (SPIVAK, 2010, p. 14), de maneira a obterem recursos para poder falar por si mesmos.

Referências

- COSTA, Cláudia de Lima. *O Tráfico do Gênero*. In: Cadernos Pagu (11) 1998: 127-140.
- PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, Categorias de Articulação e Experiências de Migrantes Brasileiras*. In: Sociedade e Cultura, v.11, n 2, jun/dez 2008. P. 263 a 274.
- SANTOS, Vanildes Gonçalves. *Juventude e as Representações de Gênero na Renovação Carismática Católica*. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin, SOUSA, Sônia M. Gomes Sousa (Orgs.) *Jovens – espaços de sociabilidade e processos de formação*. Editora da PUC Goiás, Cênone Editora. Goiânia, 2010.
- SANTOS, Vanildes Gonçalves. *Juventude e Gênero na Renovação Carismática Católica em Goiânia*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica*. *Educação e Realidade*. v20 n (2) -71-99 jul/dez. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 1995.
- SILVA, Lourival Rodrigues da. *Visibilidades Juvenis*. Coleção Perspectivas Juvenis. Editora Casa da Juventude. Goiânia, 2010.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa. Editora UFMG, Belo Horizonte 2010.
- WELZER-LANG, Daniel, *Os Homens e o Masculino Numa Perspectiva de Relações Sociais de Sexo*. In: Masculinidades, SCHPUN, Mônica Raisa Org. Editora Boitempo Editorial São Paulo: Santa Cruz do Sul. 2004.